

17/08/2010

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 102.019 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
PACTE.(S)	: RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE
IMPTE.(S)	: RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL. PROCESSUAL PENAL. DEFESA TÉCNICA. DIREITO INDISPONÍVEL E IRRENUNCIÁVEL. INADMISSIBILIDADE DE O RÉU SUBSCREVER SUA PRÓPRIA DEFESA. AUTODEFESA. DIREITO EXCEPCIONAL DO ACUSADO. POSSIBILIDADE RESTRITA ÀS HIPÓTESES PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS PROCESSUAIS. ORDEM DENEGADA.

I – A defesa técnica é aquela exercida por profissional legalmente habilitado, com capacidade postulatória, constituindo direito indisponível e irrenunciável.

II – A pretensão do paciente de realizar sua própria defesa mostra-se inadmissível, pois se trata de faculdade excepcional, exercida nas hipóteses estritamente previstas na Constituição e nas leis processuais.

III – Ao réu é assegurado o exercício da autodefesa consistente em ser interrogado pelo juízo ou em invocar direito ao silêncio, bem como de poder acompanhar os atos da instrução criminal, além de apresentar ao respectivo advogado a sua versão dos fatos para que este elabore as teses defensivas.

IV – Ao acusado, contudo, não é dado apresentar sua própria defesa, quando não possuir capacidade postulatória.

V – Ordem denegada.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 17 de agosto de 2010.



**HC 102.019 / PB**

**RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR**

17/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 102.019 PARAÍBA

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE
IMPTE.(S)	: RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RELATÓRIO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: Trata-se de *habeas corpus* impetrado por RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE, em nome próprio, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça que denegou a ordem pleiteada no HC 100.810/PB, Rel. Min. Laurita Vaz.

O paciente/impetrante alega, em suma, que teve negado o direito de “*redigir*” pessoalmente sua defesa técnica em ação penal que responde na 7ª Vara Criminal da Comarca de Campina Grande/PB.

Sustenta, ainda, que houve equívoco do Superior Tribunal de Justiça, em denegar a possibilidade de “*redigir*” sua própria defesa técnica, que segundo ele está prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Afirma, mais, que “*o Estado pode constituir defensor dativo, com intuito de fazer eventuais formatações, de tal forma a garantir o asseio e a coerência aos argumentos trazidos à tona por mim*” (fl. 2).

Argumenta, assim, que sofreu cerceamento de defesa e violação de suas garantias constitucionais.

Por fim, pede a concessão de ordem para que lhe seja garantido o direito de que seus “*argumentos técnicos sejam apreciados pela justiça*” (fl. 3).

**HC 102.019 / PB**

Em 17/12/2009, solicitei informações à autoridade apontada como coatora, bem como determinei fosse ouvido o Procurador-Geral da República (fl. 9).

As informações foram prestadas pelo Superior Tribunal de Justiça à fl. 13.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Wagner Gonçalves, opinou pela denegação da ordem (fls. 28-30).

À fl. 33, solicitei informações complementares ao Juízo da 7ª Vara Criminal da Comarca de Campina Grande/PB, as quais aportaram nesta Corte em 7/5/2010.

É o relatório.

17/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 102.019 PARAÍBA

## VOTO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem.

O acórdão ora atacado possui a seguinte ementa:

*'HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. DIREITO DE ADVOGAR EM CAUSA PRÓPRIA. RÉU NÃO ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE. DIREITO DE DEFESA QUE É INDISPONÍVEL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.*

*1. Não obstante não seja exigida capacidade postulatória para determinados atos processuais na esfera penal, como no caso da impetração de habeas corpus, nos termos da legislação aplicável à espécie (arts. 261 e 263, do CPP e 2º, do Estatuto da OAB), bem assim dos preceitos constitucionais (art. 5º, LJV e LV), tal possibilidade não se estende à defesa do réu na ação penal, uma vez que o direito de defesa é um direito indisponível.*

*2. Ademais, não há de se falar, na espécie, em ofensa à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que garante ao réu a possibilidade de exercer pessoalmente sua defesa, na medida em que tal prerrogativa lhe é assegurada pelo ordenamento jurídico pátrio em todos os atos do processo, mas que somente pode ser exercida de forma complementar à defesa técnica e não, salvo nas hipóteses excepcionais, de forma exclusiva. É ainda, ao contrário do sugerido na impetração, não tem a referida Convenção o condão de derrogar o Código de Processo Penal.*

*3. Ordem denegada" (fl. 17).*

Conforme relatado, sustenta-se na inicial deste *writ* que o Superior Tribunal de Justiça equivocou-se ao denegar a ordem na impetração lá ajuizada, ao fundamento de que o paciente/impetrante possui o direito de apresentar sua própria defesa técnica na ação penal que responde.

Mas, ao contrário do que foi alegado, não vislumbro na decisão atacada, nem mesmo em tese, qualquer eiva de ilegalidade ou coação indevida por parte da autoridade apontada como coatora.

**HC 102.019 / PB**

Com efeito, a Constituição Federal assegura, a todos os acusados, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, nos termos do art. 5º, LV.

Com base nesse preceito do texto magno, a teoria processual penal tem classificado as espécies de defesa como defesa técnica e autodefesa.

Assim, a defesa técnica consiste naquela exercida por profissional legalmente habilitado, com capacidade postulatória, sendo **indispensável e irrenunciável** no tocante ao réu.

Já a autodefesa, é a exercida por meio da atuação pessoal do acusado, especialmente por ocasião de seu interrogatório, oportunidade em que traz ao juízo a sua versão sobre os fatos, ou ainda, pelo seu direito de presença, acompanhando os atos instrutórios, como bem esclarece a doutrina:

“Com relação à autodefesa, cumpre salientar que se compõe ela de dois aspectos a serem escrupulosamente observados: o direito de audiência e o direito de presença. O primeiro traduz-se na possibilidade de o acusado influir sobre a formação do convencimento do juiz mediante o interrogatório. O segundo manifesta-se pela oportunidade de tomar ele posição, a todo momento, perante as alegações e as provas produzidas, pela imediação com o juiz, as razões e as provas”.<sup>1</sup>

Desse modo, a autodefesa e a defesa técnica devem complementar-se, sendo exercidas em conjunto, não podendo, jamais, a defesa de um acusado, por meio de advogado devidamente habilitado, ser dispensada, pois esta consubstancia um direito fundamental indisponível. A inexistência da defesa técnica ou a sua deficiência acarreta a nulidade absoluta da ação penal.

Nesse sentido, é o entendimento consolidado desta Corte:

---

<sup>1</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 73.

HC 102.019 / PB

“HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. ARTS. 133 E 5º, INCISO LV, DA CB/88. TRÂNSITO EM JULGADO DE DECISÃO QUE NÃO ADMITIU AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL. FALECIMENTO DO ÚNICO ADVOGADO CONSTITUÍDO, RESULTANDO IMPOSSIBILITADA A INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DESCONSTITUIÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E DEVOLUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. RESTITUIÇÃO DA LIBERDADE DO PACIENTE, QUE RESPONDEU SOLTO À AÇÃO PENAL. *A CB/88 determina que ‘o advogado é indispensável à administração da justiça’ [art. 133]. É por intermédio dele que se exerce ‘o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes’ [art. 5º, LV]. O falecimento do patrono do réu cinco dias antes da publicação do acórdão, do STJ, que não admitiu o agravo de instrumento consubstancia situação relevante. Isso porque, havendo apenas um advogado constituído nos autos, a intimação do acórdão tornou-se impossível após a sua morte. Em consequência, o paciente ficou sem defesa técnica. Há, no caso, nítida violação do contraditório e da ampla defesa, a ensejar a desconstituição do trânsito em julgado do acórdão e a devolução do prazo recursal, bem assim a restituição da liberdade do paciente, que respondeu à ação penal solto. Ordem concedida*” (HC 99.330/ES, Red. p/ acórdão Min. Eros Grau – grifos meus).

“(…) sendo a defesa técnica essencial e indisponível e, no âmbito de atuação, fundamentais as alegações finais para seu concreto exercício – a ponto de esta Corte entender devam ser formuladas exclusivamente por advogado-, (...). Não se compadece com a garantia da plenitude da defesa que alegações finais sejam subscritas pelo próprio réu sem habilitação, ou que o não sejam por ninguém” (HC 92.680/SP, Rel. Min. Cezar Peluso – grifos meus).

**“Princípio básico revela que ninguém pode ser processado sem a assistência técnica. (...) Cumpre, então ter presente imposição constitucional – artigo 5º, inciso LV -, como também a legal – artigo 261 do Código de Processo Penal”** (RE 459.131/RS, Rel. Min. Marco Aurélio – grifos meus).

“A defesa é direito indisponível, tanto assim que, para os atos que lhe são essenciais, se o defensor do réu – seja ele constituído ou dativo – não os praticar, impõe-se a designação de defensor ad hoc para essa prática” (HC 69.431/MG, Rel. Min. Moreira Alves).

Ademais, o próprio Código de Processo Penal prevê a necessidade da defesa técnica, ao consignar, no art. 261, que *“nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor”*.

HC 102.019 / PB

Nessa mesma ótica, valho-me mais uma vez de apontamentos doutrinários sobre a indisponibilidade da defesa técnica:

“é sem dúvida indisponível, na medida em que, mais do que garantia do acusado, é condição da paridade de armas, imprescindível à concreta atuação do contraditório e, conseqüentemente, à própria imparcialidade do juiz. Por isso, a Constituição de 1988 considera o advogado indispensável à administração da Justiça (art. 133) e estrutura as defensorias públicas (art. 134)”.<sup>2</sup>

E mais:

*“Indisponibilidade do direito de defesa: trata-se de uma decorrência da indisponibilidade do direito à liberdade, razão pela qual o réu, ainda que não queira, terá nomeado um defensor, habilitado para a função, para o patrocínio de sua defesa”.*<sup>3</sup>

Desse modo, a pretensão do paciente/impetrante de realizar sua própria defesa mostra-se inadmissível, porquanto, conforme demonstrado, a defesa técnica é indisponível e irrenunciável, não ficando esta ao alvedrio do acusado, que se defende segundo os modos e nas oportunidades que a lei processual estabelece.

Com efeito, aos réus é assegurada a autodefesa, especialmente no momento ao ser interrogado pelo juízo ou quando invoca o direito ao silêncio, bem como ao acompanhar os atos de instrução, tudo isso sem prejuízo de apresentar ao respectivo advogado a sua versão dos fatos para que este elabore as teses defensivas.

O ordenamento jurídico pátrio e a Convenção Americana de Direitos Humanos não permitem que o réu renuncie à defesa técnica, constituindo exceção a essa regra a possibilidade deste subscrever peças processuais, tal como ocorre na inicial do *writ* de *habeas corpus*.

---

<sup>2</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>3</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 565.



HC 102.019 / PB

Nessa esteira, bem assinalou o Superior Tribunal de Justiça na impetração lá ajuizada:

“(…), tampouco se vislumbra, na espécie, ofensa à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que garante ao réu a possibilidade de exercer pessoalmente sua defesa, na medida em que tal prerrogativa lhe é assegurada pelo ordenamento jurídico pátrio em todos os atos do processo, mas que somente pode ser exercida de forma complementar à defesa técnica (essa sim indispensável) e não, como regra, de forma exclusiva” (fl. 21).

Além disso, não há falar em nulidade do processo ou violação ao direito à ampla defesa, pois, conforme informou o Juízo da 7ª Vara Criminal da Comarca de Campina Grande/PB, o impetrante/paciente foi defendido por advogado constituído nos autos, que acompanhou todos os atos processuais, noticiando, ainda, que, em diversas oportunidades, que aquele peticionou nos autos da ação penal, em causa própria, consoante trechos abaixo transcritos:

*“O paciente (...) foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática de crime de roubo qualificado pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo (...).*

*A ação penal seguiu sua regular tramitação, durante a qual houve a instauração de incidente de insanidade mental do réu, ora paciente, ante os indícios de perturbação mental do mesmo (...).*

*Cumpra mencionar que o laudo pericial em questão concluiu pela semi-imputabilidade do réu, sendo homologado o parecer e dada continuidade ao feito. (...)*

*(...) a contrário do alegado pelo paciente, não se verificou perante este Juízo qualquer cerceamento ao seu direito de defesa. Sua defesa foi plenamente exercida pelo advogado constituído nos autos, Dr. Sosthenes Marinho Costa, OAB/PB 4886, o qual acompanhou todos os atos do processo desde seu nascedouro, inclusive com apresentação de defesa prévia e rol de testemunhas (devidamente ouvidas em Juízo).*

*A despeito de ter advogado nos autos, o qual foi, inclusive nomeado como Curador do réu durante o incidente de insanidade mental, o próprio réu peticionou diversas vezes, em causa própria, durante a tramitação da ação, podendo-se mencionar as folhas 165/166, 179/180 (desta encaminhando minucioso relatório sobre sua própria situação, constante às fls. 181/199), 206, 236 e 243, além das folhas 45, 81 e 82 nos autos do incidente instaurado” (fls. 39-40 – grifos meus).*

**HC 102.019 / PB**

Ante o exposto, denego a ordem.

**17/08/2010****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 102.019 PARAÍBA****VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Senhor Presidente, o tema é, por deveras, extremamente interessante.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR)** - Fiz um longo voto.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Há um belíssimo filme alemão que se chama "Uma cidade sem passado", em que, a uma determinada altura, uma cidadã se sente prejudicada pelas várias defesas técnicas que contratou e, então, assume a autotutela. A corte constitucional - é um caso verídico, é um filme que retrata uma história verídica - garantiu-lhe o direito de ter a autotutela. É um tema que merece as mais variadas reflexões, mas, no momento, acompanho Vossa Excelência. Só gostaria de fazer esse destaque.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE E RELATOR)** - Cito a doutrina - é um voto muito longo; cito Ada Pellegrini Grinover; o eminente mestre da USP, Scarance Fernandes; Antônio Magalhães Gomes Filho, que é o nosso diretor, atualmente, em que eles dizem que a defesa técnica é um direito indispensável e irrenunciável. O réu não pode nem renunciar à defesa técnica.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Acompanho Vossa Excelência.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 102.019**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S) : RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE

IMPTE.(S) : RAFAEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 17.08.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli. Compareceu à abertura da Sessão o Ministro Ayres Britto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Fabiane Duarte  
Coordenadora